

**UMA MINUTA DE INSTRUÇÕES ÀS EMBAIXADAS NO
REINADO DE D. JOÃO III: SÍTIOS, EDIFÍCIOS E DEBUXOS**
A DRAFT OF INSTRUCTIONS TO EMBASSIES DURING THE
REIGN OF KING JOHN III: SITES, BUILDINGS AND SKETCHES

ANA ISABEL BUESCU
UNL-CHAM | NOVA-FCSH
aib@fcs.unl.pt
<https://orcid.org/0000-0002-5938-8463>

Texto recebido em / Text submitted on: 13/09/2025
Texto aprovado em / Text approved on: 21/01/2026

Resumo

O texto que aqui se estuda, inserido num códice revelado e transcrito por Pedro Pinto, não tem data nem destinatário, sugerindo aquele investigador ser uma minuta destinada a uma embaixada de Pedro Mascarenhas a Itália, anterior a 1538. O documento/minuta visa obter informações de carácter jurídico-político, social, eclesiástico, económico, militar, técnico e artístico dos territórios visitados. A comparação com a realidade portuguesa e a utilidade que realidades e/ou soluções pudessem significar para o reino, por analogia ou por contraste, está sempre subjacente num inquérito cujo propósito é o de recolher informação documental, regimental e material, em muitos casos com uma preocupação de quantificação e, até, de registos iconográficos, como sucede nas informações de carácter heráldico. Considerando a natureza e a forma final do documento, este constituiria uma espécie de “regimento” geral ou instruções, como outros que os embaixadores levavam consigo a mando do rei, erigindo-se como um documento de surpreendente alcance e modernidade.

Palavras-chave

Pedro Mascarenhas; Itália; embaixada; Francisco de Holanda; regimento.

Abstract

The subject of this essay is a text from a codex revealed and transcribed by Pedro Pinto, which is neither dated nor has a specific addressee. Pinto suggests that it is a draft for an unspecified embassy of the royal ambassador Pedro Mascarenhas to Italy, before 1538. The document/minute aims to obtain information on the political, social, ecclesiastical, economic, military, technical and artistic aspects of the territories visited. The comparison with the Portuguese reality is always underlying, in a survey whose purpose is to collect concrete, documentary, regimental and material information, and even iconographic records, as is the case of heraldic information. Considering the nature and final form of the document, we believe that it was intended to be a kind of general "regiment", like others that ambassadors carried at the behest of the king, and that it was a document of greater scope and surprising modernity.

Keywords

Pedro Mascarenhas; Italy; embassy; Francisco de Holanda; regiment.

A fonte documental que analisaremos⁽¹⁾ é um manuscrito do códice 2357 da BNP revelado e transcrito por Pedro Pinto, e publicado na revista digital *Fragmenta Historica*, do Centro de Estudos Históricos da UNL em 2015, para o qual Sylvie Deswarte chamou a nossa atenção⁽²⁾. O texto não se encontra datado nem tem um destinatário concreto. Pedro Pinto sugere tratar-se de uma minuta régia destinada a uma embaixada, não especificada, provavelmente de Pedro Mascarenhas a Itália, anterior a 1538. Contudo, da sua análise, ficamos com a convicção de que, tratando-se efectivamente de um documento do reinado de D. João III, o seu escopo e horizontes vão para além de uma embaixada cronológica e geograficamente determinada, para se erigir como um documento de maior alcance.

(1) Texto que tem por base a comunicação apresentada ao Congresso Internacional *Francisco de Holanda (1517/18 /1584): Arte e Teoria no Renascimento Europeu*, Fundação Calouste Gulbenkian e Biblioteca Nacional de Portugal, 22-24 de Novembro de 2018, cujas actas não foram até ao presente publicadas.

(2) A quem expressamos o nosso agradecimento.

Um projecto de Regimento?

Três razões sustentam fundamentalmente esta convicção. Atentemos, em primeiro lugar, na titulação da minuta:

As cousas de que se ha de enformar Meudamente a pessoa que for em cada lugar notauel dos que lhe seram nomeados parece que devem ser diuidios em quatro partes, e de cada hũa delas se deve fazer titullo apartado. Regymento de Justiça Regimento politico, Regimento eclesyastico, e A quarta tudo o que toca Aos edefiçios. (Pinto 2015: 100).

Parece deduzir-se que as instruções que deveriam orientar o agente ou embaixador encarregado de coligir as informações nos lugares a visitar não são redigidas para uma embaixada em concreto, numa data precisa, mas sistematizam um conjunto de elementos de inquérito diferenciados, considerados relevantes no que toca ao exercício da justiça, ao poder político, à organização eclesiástica e ao edificado. Assim, desde início, o documento inscreve-se num patamar geral e normativo, o que não deixa, até pela sua extrema minúcia, de ser notável.

A segunda razão para considerarmos tratar-se de um documento-guião diz respeito a referências internas aos vários regimes políticos dos lugares a visitar. É certo que se fala em repúblicas, príncipes e senhorias, o que sugere a diversidade do mosaico político italiano; mas fala-se também de reinos e de reis, em aspectos que não deixam dúvidas: «[que] çirimonjas vsam no aleuamtar dos Reis e da coroação e auer o Regimento disso [...]». «Como se crjam os filhos segumdos dos Reis [...]». «que ofiçiões [sic] ficam de huû Rey ao outro e quães acabam» (Pinto 2015: 108).

Em ambos os casos não se identificam os territórios, com poucas excepções: Siena, Florença e Génova são evocadas, mas apenas por analogia – trata-se de saber se nas cidades visitadas há «monte de piedade ou monte publico» como sucede naquelas urbes, ou se há instituições em que se «depositem dinheiros», como sucede em Barcelona; a única referência concreta é quando se fala de Nápoles e da Sicília a propósito da criação de éguas e cavalos, questão sobre a qual, aqui sim, se pretendem informações concretas (Pinto 2015: 103). Sendo, como sustentamos, um documento-guião, é natural que os vários sistemas políticos e de governação da Europa da época fossem evocados, procurando cobrir uma realidade muito diversificada, adaptável às várias embaixadas enviadas pelo monarca. Em

todo o caso, aquelas poucas referências fazem compreender que a hipótese de se tratar de uma embaixada a Itália pudesse surgir, aquando da sua publicação, como elemento eventualmente identificador.

Finalmente, em terceiro lugar, se o documento, no seu conjunto, é de grande coerência, não é menos verdade que cada uma das secções é autónoma e incidindo sobre esferas e realidades bem diferenciadas, como é patente na titulação da minuta. Considerando a natureza complexa e a forma final do documento, consideramos ser improvável que fosse concebido para uma embaixada em particular, mas que porventura se destinava a constituir uma espécie de «regimento» ou instruções, como outros que os embaixadores levavam consigo a mando do rei.

Os «olhos do rei»⁽³⁾

Cabe, embora de forma breve, sublinhar como este e outros documentos semelhantes correspondiam a uma preocupação declarada dos governantes em reunirem informação de natureza diversificada, no âmbito do impulso centralizador da administração moderna e necessária à tomada da decisão política. Com maior ou menor rasto na documentação, os monarcas portugueses procuraram aceder a informação relativamente a territórios que, em virtude do processo expansionista, dizia também respeito aos espaços ultramarinos em África e no Oriente. Assim, apontaremos, a título de exemplo, reinando D. João II, o plano que em 1480 acompanharia os documentos para a reforma das muralhas da praça de Ceuta, os quinze desenhos de Safim na posse de António Carneiro (Carita 1999: 48), as pinturas do Chafariz d'El Rey, e da Rua Nova dos Mercadores, em Lisboa, que permitiram ao monarca tomar decisões sobre as obras em curso (Cid 2007: 368 e 359).

Com D. Manuel, essas referências são mais numerosas, de que destacamos "pinturas feitas pelo natural" que Duarte Pacheco Pereira, entre 1505 e 1508, diz explicitamente incluir no *Esmeraldo de Situ Orbis*, destinadas a descrever os principais portos e acidentes da costa africana, o plano da Alfândega de Safim, o desenho da torre de Cananor (Índia)... E ainda os encargos que D. Manuel confiou em 1507 a Duarte de Armas «grande pintor», no Norte de África, com a missão de debuxar as entradas

(3) Jorge Manuel Flores (2001).

dos rios e a situação da terra de Larache, Salé e Azamor (Góis 1953, II, cap. XXVII: 91), e em 1509, na raia do Reino, de que subsistiu o *Livro das Fortalezas*, a que se seguiram muitos outros, sobretudo nos territórios do império, como D. João de Castro e os seus extraordinários *Roteiros* no Oriente. A encomenda de desenhos e debuxos de cidades, ruas, edifícios, fortalezas, em suma, a apreensão e o conhecimento de territórios, realidades naturais e construídas através do recurso à cultura visual eram um instrumento crucial da governação de que também se serviu D. João III, como plenamente comprova o documento que estudamos.

A diplomacia e os seus agentes

Também se torna relevante, a este respeito, e dada a particularidade do documento, considerar a acção da diplomacia nos alvares dos tempos modernos. O século XVI constituiu uma época de afirmação e de aperfeiçoamento dos mecanismos diplomáticos como instrumento de acção política no concerto das nações, e a configuração de verdadeiros «sistemas de informação» (Pérez 2010)⁽⁴⁾. Uma das mais importantes alterações foi a generalização da figura do embaixador permanente. Convivendo com esta nova figura da diplomacia, continuavam a coexistir os embaixadores temporários, investidos de uma determinada missão por ordem régia, mais ou menos demorada, mas que, depois de cumprida, regressavam ao reino. Agora, para além destes, passava a existir o embaixador permanente, um pouco como os conhecemos hoje.

O segundo grande mecanismo da prática diplomática foi a utilização cada vez mais frequente da cifra na correspondência diplomática, já conhecida há muito, mas aperfeiçoada e difundindo-se pela generalidade das chancelarias. No caso português, foi com D. Manuel que as embaixadas permanentes na Cúria tiveram início, com o embaixador João Faria, regressado a Portugal em 30 de Agosto de 1514 (*Corpo Diplomático Portuguez* (=CDP), I, 1862: 267), ao qual se seguiu D. Miguel da Silva, filho do conde de Portalegre, segundo representante permanente do rei

(4) Como a recente historiografia tem demonstrado, em que destacamos ainda os trabalhos de Lucien Bély, em particular *L'art de la paix en Europe. Naissance de la diplomatie moderne XVIe-XVIIIe siècle*, Paris: PUF, 2008 ou entre nós de Pedro Cardim, e para épocas posteriores, de Ana Leal de Faria.

de Portugal junto do papado desde inícios de 1515 (Deswarte 1989). Não deixa de ser significativo observar as duas realidades evocadas relativas à afirmação da diplomacia na Época Moderna através da embaixada de D. Miguel da Silva: segundo representante permanente da Coroa junto da Santa Sé, foi com a sua embaixada que teve início o uso da cifra na correspondência diplomática portuguesa, sendo que a primeira carta da chancelaria que a utiliza foi uma carta que endereçou a D. Manuel, de 11 de Novembro de 1516 (Cruz, Lázaro 2004).

Com D. João III, subido ao trono no final de 1521, as missões de carácter extraordinário, de que encarregava figuras da mais alta confiança e em geral oriundas da nobreza, mantiveram-se ao longo do seu reinado. Tal sucedeu, mal ascendeu ao trono, com Luís da Silveira, seu guardador. Embaixador extraordinário do novo monarca junto do imperador, para onde partiu em Setembro de 1522, com uma faustosa embaixada, como procurador do rei, Luís da Silveira ia encarregado de confirmar as pazes entre Portugal e Castela e era ainda portador de amplos poderes e de instruções precisas para dar continuidade ao projecto de casamento da infanta D. Isabel com Carlos V; ou com António de Ataíde, o maior valido e homem de confiança de D. João III, que o rei fez conde de Castanheira, embaixador régio em Espanha e em França em várias ocasiões.

Mas as embaixadas permanentes, que com D. Manuel se restringiam à Cúria, passaram com D. João III a contemplar outras entidades políticas, com destaque para a Espanha de Carlos V, e ainda para a França de Francisco I. No caso da Espanha, que se desdobrava geográfica e politicamente pelo Sacro-Império, a itinerância imperial obrigava os embaixadores permanentes a seguirem o imperador. Esse caso é flagrante com Lourenço Pires de Távora (c. 1500-1573), «tão nobre e especial fidalgo», nas palavras de D. João de Castro, ao lado de quem Távora participou, em 1546, no cerco de Diu.

Lourenço Pires de Távora⁽⁵⁾

Tendo servido na praça de Arzila ainda muito jovem, Távora foi enviado por D. João III a Marrocos, em 1541, naquela que constituiu

(5) A figura e acção de Lourenço Pires de Távora foram sobretudo estudadas por Maria Leonor García da Cruz (1989 e 2006).

a sua primeira missão diplomática, na difícil conjuntura que levaria ao abandono de muitas praças africanas (Cruz 1997). Em Junho de 1548, Lourenço Pires de Távora, a quem o monarca reconhecia grande habilidade diplomática, foi enviado pelo rei a residir na corte do imperador, então na Alemanha, a quem Távora conhecia pessoalmente pois participara na campanha da conquista de Tunes, em 1535. Até 1552, Távora residiu na itinerante corte imperial, acompanhando sempre Carlos V nas suas deslocações entre a Alemanha, os Países-Baixos e a Espanha, e realizando ainda outras missões de grande delicadeza política, com destaque para a embaixada a Inglaterra em 1553, após a subida ao trono da católica Maria Tudor.

Távora partiu como embaixador régio, com o intuito de averiguar o estado do reino de Inglaterra, nomeadamente em termos religiosos, e de encetar negociações para o casamento do infante D. Luís com Maria Tudor, que ascendeu ao trono inglês após a morte de Eduardo VI, único filho varão de Henrique VIII, em 6 de Julho de 1553 (*ANTT, PT/TT/CF*, nº 53: 1-14). Contudo, a morte de Eduardo VI teve outras repercussões, motivando uma radical mudança de intenções por parte do imperador Carlos V: o contrato de casamento quase concluído da infanta D. Maria, irmã de D. João III, com Filipe das Astúrias, foi anulado; o projecto do casamento de D. Luís em Inglaterra também; e o futuro Filipe II casou com Maria Tudor, tornando-se, até à morte desta, em 1558, rei consorte de Inglaterra. Este desenlace provocou grande tensão diplomática entre Portugal e Espanha, e foi sentido como uma humilhação na corte portuguesa, sobretudo no que diz respeito ao falhado casamento de D. Maria com Filipe das Astúrias (Buescu 2007: 309-310).

O último capítulo da actividade diplomática de Távora foi como embaixador em Roma, nomeado pela regente D. Catarina, entre 1559 e 1562, substituindo D. Afonso de Lencastre, que residira na Cúria cerca de 9 anos (Santos 1735, Liv. I, cap IV: 39), incumbido de questões de grande sensibilidade para a Coroa portuguesa. Das instruções dadas por D. Catarina, destacavam-se a oficialização da obediência do novo rei, D. Sebastião, à Santa Sé; mas eram outras as verdadeiramente importantes, com a Inquisição no horizonte: em primeiro lugar, o Tribunal do Santo Ofício solicitava a revogação do breve, ainda expedido pelo papa Paulo III, determinando a proibição do anonimato das denúncias feitas a cristãos-novos; em segundo, solicitava-se a restituição da dignidade de Legado *a latere* ao cardeal infante D. Henrique, que o Papa Júlio II

lhe concedera e que o papa Paulo IV suspendera mal fora eleito. Távora chegou a Roma em Junho de 1559, estando o papa Paulo IV já muito doente, morrendo em 18 de Agosto; foi portanto em cenário de conclave que Távora iniciou a sua missão diplomática⁽⁶⁾.

Regressando ao documento, indiscutivelmente joanino, é verosímil considerarmos a hipótese que tal minuta poderia acompanhar quer embaixadores extraordinários quer embaixadores residentes. Um destes poderá ter sido, precisamente, Lourenço Pires de Távora, que acompanhou Carlos V em tantas deslocações, e cuja correspondência com Portugal se torna particularmente abundante em 1550, ano que as negociações do casamento da princesa D. Joana, filha de Carlos V e de Isabel de Portugal, com D. João, filho de D. João III e de D. Catarina, herdeiro do trono, entraram na sua fase final. Infelizmente, não temos conhecimento documental de registos, descrições ou desenhos/debuxos de outras terras europeias que se compaginem com a minuciosa arquitectura do nosso inquérito.

Pedro Mascarenhas

Retomemos agora a hipótese de Pedro Pinto sobre a possibilidade de se tratar de uma minuta para uma embaixada de Pedro Mascarenhas. Sendo que consideramos tratar-se de um documento que não visava uma embaixada particular, torna-se pertinente, para além de Lourenço Pires de Távora, considerar as deambulações europeias de Mascarenhas ao serviço de D. João III, que bem poderiam ser uma ocasião adequada à obtenção de informações sobre «As cousas de que se há de enformar Meudamente a pessoa que for em cada lugar notauel dos que lhe seram nomeados...».

Pedro Mascarenhas (c.1484-1555) foi uma figura relevante da corte joanina. Foi capitão de Malaca em 1524-25, conduziu a grande armada que levou a infanta D. Beatriz para Sabóia em 1521, participou ao lado de Carlos V na tomada de Tunes em 1535, e viria a ser o 6º e breve vice-rei da Índia, de 1554 à sua morte, ocorrida em 1555 (Vila-Santa 2009). Do seu *cursus honorum* estava ausente a língua latina. Em carta a D. João III de 10 de Setembro de 1539, este hábil diplomata referia-se às dificuldades por vezes sentidas nos

(6) O conclave elegeu em 25 de Dezembro Pio IV (Médici, ramo secundário 1499 – papa 25/12/1559-1565).

negócios com a Cúria, tendo de mandar trasladar cartas para italiano para apresentar ao papa porque, como escrevia com singeleza ao rei, «eu nam tenho outra lymgoajem senam a purtugesa [sic]» (CDP, IV, 1870: 112).

O seu serviço à Coroa iniciou-se ainda durante o reinado de D. Manuel. Em 1516, aquando da constituição da casa do futuro D. João III, surge como seu estribeiro-mor, e em 1521 foi escolhido pelo *Venturoso* para general das naus e galés da armada que levou a jovem infanta-duquesa D. Beatriz para Sabóia. Durante o reinado de D. João III manteve a confiança régia e elevado estatuto na casa real, traduzido na sua condição de membro do Conselho régio. Aquando da entrada da princesa D. Joana em Lisboa em 1552, Mascarenhas era mordomo-mor de D. João, príncipe de Portugal, herdeiro do trono, único sobrevivente dos filhos de D. João III e de D. Catarina. Desempenhou também várias missões diplomáticas, foi representante de D. João III junto do imperador Carlos V entre 1531 e 1533 e embaixador em Roma, entre 1538 e 1541, período durante o qual testemunhou a relação de Francisco de Holanda com Miguel Ângelo, como o próprio Holanda deixou escrito nos *Diálogos de Pintura*.

A embaixada de 1531-1533 junto de Carlos V

Vejamos a sua condição de embaixador residente junto de Carlos V. Sob o ponto de vista cerimonial, o ponto alto desta embaixada foram as festas e banquetes oferecidos, poucos dias antes do Natal de 1531, por Pedro Mascarenhas na sua residência em Bruxelas para celebrar o nascimento do infante D. Manuel (†1537), quinto filho de D. João III e D. Catarina. Nos dois dias seguintes à festa e banquete oferecidos pelo imperador no palácio de Coudenberg pelo nascimento do sobrinho, tiveram lugar no palácio do embaixador magníficas celebrações em que estiveram presentes, além do próprio Carlos V, a sua irmã Maria de Hungria e dois sobrinhos, bem como cerca de cinquenta portugueses, entre os quais Damião de Góis. Coroando estes três dias de festa, foi representado o desaparecido auto vicentino *Jubileu de Amores*, provavelmente a primeira representação teatral portuguesa fora do reino (Cardeira 2005: 3) e que tanta tinta faria correr⁽⁷⁾. Estas festas foram

(7) «Provavelmente por interferência da censura inquisitorial o texto perdeu-se, embora registos e documentos atestem a sua existência. A *Copilaçam* de 1562 já não o

fixadas em versos áulicos latinos pelo humanista André de Resende no *Genethliacon*, obra publicada em Bolonha no início de 1533, no contexto das celebrações pelo nascimento do infante português (Buescu, Ornellas, Castro 2022).

Mas o sedentarismo bruxelense em breve terminou. Em plena crise religiosa e perante um novo alarme sobre o perigo otomano, de que os embaixadores portugueses davam conta a D. João III⁽⁸⁾, o imperador empreendeu, no início de 1532, uma viagem para participar na Dieta de Ratisbona (Regensburg), presidida pelo seu irmão Fernando I. A comitiva imperial que Pedro Mascarenhas e André de Resende integraram deixou Bruxelas a 17 de Janeiro de 1532, com paragem em Colónia (25-27 / 1) e passagem por Bona, Andernach, Koblenz, Mogúncia e Spira, chegando a comitiva a Ratisbona a 28 de Fevereiro, onde permaneceu cerca de cinco meses. Terminada a Dieta, a 2 de Setembro o imperador partiu com o irmão para Viena, onde este permaneceu. Um mês depois, em 4 de Outubro, Carlos V seguiu para Itália, percorrendo territórios e cidades como Veneza, Mântua e Bolonha, onde chegou a 13 de Dezembro e se entrevistou com o papa Clemente VII. Permaneceu nesta cidade até final de Fevereiro de 1533, partindo então para Génova onde se manteve até 9 de Abril, para embarcar e empreender a viagem de regresso a Espanha. Uma galera de Andrea Doria conduziu em doze dias o imperador para o Rossilhão, chegando finalmente por terra a Barcelona, onde reencontrou a imperatriz Isabel⁽⁹⁾.

Ora Pedro Mascarenhas, na sua qualidade de embaixador, e a sua comitiva, em que se incluía André de Resende, integraram o séquito imperial em todo este périplo de mais de um ano, acompanhando Carlos V provavelmente até Barcelona. O certo é que Resende em 1 de Outubro de 1533 estava já em Évora, ao serviço do infante cardeal D. Afonso (Vasconcelos 1949: 38). Também neste caso é verosímil

integra» (Cardeira 2005: 3). Proibido no *Rol dos Livros defesos* impresso em 1551, o seu rasto perdeu-se por completo ainda no século XVI. Carolina Michaëlis de Vasconcelos publica, em tradução portuguesa e no original italiano, parte da indignada carta, de 26 de Dezembro de 1531, do cardeal-núncio Alejandro – que assistiu à representação do *Jubileu de Amores* no palácio do embaixador português – ao papa Clemente VII (Vasconcelos 1949: 13-15).

(8) Carta de Brás Neto, embaixador em Roma, a D. João III, de 6 de Julho de 1532, publicada in *CDP*, II, 1865: 402-404.

(9) *Biographie Nationale de Belgique*, III, P. 2, Bruxelles, H. Thyri, Imprimeur-éditeur, 1872, www.academieroyale.be L. P. Gachard, 587-590. Col. 588-592, itinerário da viagem imperial para Ratisbona.

considerar a possibilidade, dado ser uma viagem com paragens por vezes prolongadas, que a realização de serviços para o rei estivesse entre as incumbências do embaixador e este ordenasse a recolha de informação de diversa ordem – política, eclesiástica, jurídica – bem como a realização de desenhos e debuxos de sítios e monumentos, tal como consta da minuta que analisamos, embora não conheçamos quem os pudesse executar – ao contrário do que aconteceria com a sua embaixada de 1538 a Roma, quando Francisco de Holanda integrou a comitiva do embaixador. O facto é que foi em Bolonha, dada a permanência da comitiva imperial na cidade durante quase três meses, que André de Resende dispôs de tempo suficiente para publicar em Janeiro de 1533 o *Genethliacon*, que dedicou a D. João III⁽¹⁰⁾.

O documento/minuta é muito amplo nos seus objectivos e de extrema minúcia nos elementos a recolher, visando a obtenção, diríamos exaustiva, de informações de carácter tão diverso como o jurídico-político, social, eclesiástico, económico, militar, técnico e artístico. A dimensão de comparação com a realidade portuguesa, e da utilidade que realidades e/ou soluções possam significar para o reino, por analogia ou por contraste, está sempre subjacente, num inquérito cujo propósito é o de recolher informação concreta, documental, regimental e material, em muitos casos com uma preocupação de quantificação.

Por exemplo, «saber os fisycos que há, e se ha y Alguû maior que tenha careguo de examjnar os outros, e as mezinhas dos boticairos e ho modo que se njso teem e se ha Regymento traze lo»; «[que] Çirjmonjas vsam no aleuamtar dos Reis e da coroação e aver ho Regimento diso». E a propósito de pesos e medidas: averiguar «ho afinar dos pesos e medidas e A que tempos se afinam e que ofiçiães diso há, se sam Conformes aos destes Reinos» (Pinto 2015: 108), e até o pedido de registos iconográficos, como sucede nas informações de carácter heráldico a obter: «saber as devisas e armas de cada logar, e origem que teueram, e trazer tudo pimtado» (Pinto 2015: 106); ou, ainda, no que diz respeito a usos e costumes dos diferentes povos: «que trajo vsa cada terra, asy homens como molheres e traze los debuxados» (Pinto 2015: 112).

(10) Apesar de o rosto da obra ostentar a data de 1532, o que deu origem a alguma polémica. O problema foi alvo da restituição crítica de Carolina Michaëlis de Vasconcelos (1949: 34), que comprovou ser 1533 a data da edição, em casa de Ioannes Baptista Phael.

«Edefiços e sytios dos lugares»

Entremos agora na temática que nos propomos explorar. O respectivo apartado intitula-se «Edefiços e sytios dos lugares». Tal como acontece com todas as outras matérias, também aqui se pretende alcançar um retrato o mais minucioso possível das realidades a observar. Pelo teor do que é solicitado se depreende o grau e diversidade de saberes técnicos e artísticos que os seus agentes tinham forçosamente de possuir para cumprir e responder satisfatoriamente aos pedidos formulados. De forma preliminar, pretende-se informação precisa «de cada prouimçia e Reino» (Pinto 2015: 104), procurando-se em primeiro lugar obter uma visão quase cartográfica da geografia dos lugares, desde o relevo aos rios, sua navegabilidade, intervenção humana no curso dos seus leitos e respectivos custos, cidades e lugares que banham, a abundância dos «pescados», os lagos «notaueis [que] há na tal terra e seus nomes».

Cidades

Depois, as cidades, começando pela própria inserção geográfica – «como está asentada se em chão se em costa», se é banhada por rio e inquirindo sobre as estruturas defensivas que possui, nomeadamente fortalezas, homens de guerra, artilharia e outras munições, informações de cariz militar que encontramos também no inquérito sobre o regimento político, o que diz bem da sua importância central para o poder e a governança. Na mesma linha estão as informações sobre a segurança das cidades: por um lado, presta-se grande atenção ao traçado das muralhas das cidades muralhadas: «de cada çidade que he çercada de muro ver A maneira do tal muro, grossura da parede e Altura dela, e asy quamto espaço Core em Roda toda a tal çerca». Por outro, «em cada Çidade das que estam fortificadas [...] com toryões cavas ver a maneyra dos taes torões e espaço d amtre huú e outro e como loga (?) artelharja de hû Ao outro pera seguramça do muro e çidade» (Pinto 2015: 113).

Entrando na cidade, o inquérito visa a recolha de informações precisas do traçado das ruas, do abastecimento de água e do conjunto dos edifícios mais notáveis. Os elementos comuns das informações a registar são as dimensões e medidas, bem como desenhos. Assim, de todas as cidades visitadas, havia que coligir informações sobre

a organização da malha urbana, através do registo de todas as ruas principais, a «maneira de que estão edificadas» e «trazer as medidas de largeza, e lomjura e nomes de Cada hũa».

Edifícios

O inquérito dá uma grande atenção ao edificado. Deveriam registar-se e identificar-se todos os edifícios notáveis da cidade, fossem arsenais, templos e mosteiros, hospitais, palácios do príncipe ou da senhoria, ou das casas «de pessoas particulares que sejam excelentes»; e de todos eles, bem como de «algumas frontarias de casas notáveis, posto que as taes casas em si dentro ho nam sejam», deveriam ser executados os respectivos «debuxos». No caso de templos, mosteiros e hospitais, além dos desenhos, era ainda requerido o registo das respectivas dimensões; e no que respeita aos hospitais, além destas, o «stylo» da construção.

Lugar central dos espaços urbanos, as principais praças das cidades mereciam também a atenção no itinerário deste inquérito. Desta forma, deveriam ser arroladas e descritas «as praças primcipaes de taes cidades de que grandeza são e os edifícios que têm em seu redor» (Pinto 2015: 114). Finalmente, deveria inquirir-se sobre técnicas de construção e sobre os materiais mais utilizados em cada cidade, se a cal, a pedra ou o tijolo, e as causas dessa maior ou menor utilização de cada um deles. Mas também a pintura e a escultura mereciam atenção, solicitando-se os «debuxos de quãesquer pinturas excelentes que ouuer nos taes logares, e asy de qualquer emaginarja que seja de mão de Alguũ excelente mestre Amtiguo ou moderno» (Ib.).

Abastecimento de água

O abastecimento de água no espaço urbano era naturalmente e sempre uma matéria sensível, sobre a qual se pediam informações pormenorizadas. Deveria averiguar-se, em cada um dos aglomerados urbanos, «de que agoa bebe o pouo» – se de fontes nascidas na cidade, se água do rio ou se, tratando-se de água encanada, «de quam lomge veem os canos, e per que maneyra de edefiçios»; há ainda a preocupação de apurar, o número e a feição de fontes, chafarizes e canos para consumo

público e para limpeza das ruas. No caso das cidades e lugares com falta de água, pretende-se saber, no caso de se usarem cisternas, «A maneira em que se edificam as taes Çisternas, e de que materja» (Pinto 2015: 113).

Portos de mar

Se o inquérito é minucioso sobre as cidades banhadas por rios, sobre a sua navegabilidade e intervenções sobre os cursos de água, um interesse muito particular é conferido às cidades com porto de mar. O teor pormenorizado e o carácter técnico do tipo de informações que deveriam recolher-se sobre estas cidades e seus portos é compreensível se tivermos em conta a sua utilidade para um monarca cuja capital era, como Lisboa, uma cidade marítima e comercial. Assim, pretendiam conhecer-se vários aspectos ligados, por exemplo, à construção naval, aos locais e casas onde se construía galés e outros navios, e de que forma estes eram lançados ao mar; informações detalhadas sobre a produção de cordoaria e enxárcias⁽¹¹⁾, e em que casas e de que dimensão eram fabricadas.

Quanto aos portos, dos de mar deveriam trazer-se a dimensão e os desenhos da sua situação geográfica, bem como o tipo de navios que neles entravam; quanto aos portos «cerrados», a grande questão era a da limpeza dos fundos, pedindo-se que se averiguasse das técnicas empregues e dos custos dessa operação; também os cais são objecto de atenção: pretende averiguar-se como são construídos, as suas dimensões e a «ordem em que se edifica dentro no mar», recordando, numa analogia flagrante, o cais entrando rio adentro do grande baluarte com que D. Manuel dotou o paço da Ribeira. Com ameias, bombardeiras e cobertura em terraço, o baluarte manuelino rematava, a sul, já nas águas do Tejo, o conjunto edificado, e a sua construção decorreu entre 1508 e 1511, destinado a conferir ao paço régio, «eminente civilista e mercantil» (Carita, Cardoso 2015: 61), uma componente de teor militar, que «física e simbolicamente se acrescentava à já complexa composição do(s) edifício(s): Casa da Índia, Mina e Guiné, Armazém, Paço propriamente dito, e agora Baluarte». Sujeito, no final do reinado

(11) Conjunto de cabos fixos que prendem os mastros e os mastaréus da gávea às mesas de guarnição situadas nas amuradas dos navios.

manuelino, a um programa decorativo, nomeadamente o revestimento exterior a azulejos, e também nos seus interiores, seria mais tarde demolido (Senos 2002: 51-56, 62, 92-94, 162-164).

D. João III e a arquitectura

Esta secção da minuta, de grande modernidade pelo seu carácter complexo, contornos e alcance, como todas as outras, espelha um dos interesses intelectuais mais marcantes de D. João III. Se o rei era um monarca «desmúsico» – para empregar um termo de Francisco de Holanda – sabemos do seu declarado interesse pela arquitectura. O prestígio do processo arquitectónico, indissoluvelmente ligado ao poder, encontrou em D. João III um rei atento, conhecedor e até interventor. Os testemunhos desse interesse do rei multiplicaram-se sobretudo a partir de finais dos anos trinta e quarenta. Em 1541 e 1542 foi por duas vezes editada por ordem régia em Lisboa, por Luís Rodrigues, impressor do rei, a obra de Diego de Sagredo, capelão-mor da rainha Juana a Louca (†1555), *Medidas del Romano*. Originalmente publicada em 1526, no auge da arquitectura plateresca, esta obra constituiu o primeiro tratado europeu sobre a arquitectura vitruviana publicada em língua vulgar, de grande influência na arquitectura do Renascimento (Vilela 1982: 20-21).

Embora não tenhamos infelizmente conhecimento do inventário integral da livraria régia no tempo de D. João III, é forçoso considerar que nela se encontravam outras obras de arquitectura, até, por analogia, com a sua presença numa grande livraria do reino da época: a livraria do 5º duque de Bragança, D. Teodósio I (†1563). Nesta existiam dois exemplares das *Medidas del Romano*, uma delas em castelhano, certamente numa das edições ordenadas pelo rei (Buescu 2016: 161-162) e outra em francês, bem como, em latim, o *De Re Aedificatoria* de Alberti, as *Adnotationes ad Vitruvium* do arquitecto Guglielmo Filandro, o *Extraordinario Libro d'Architettura* de Sebastiano Serlio⁽¹²⁾, uma edição da *Divina Proportione* [...] *Prospectiua pictura scultura architectura musica e altri mathematice* de Frei Luca Pacioli (†1517), e a edição corrigida do *De Architectura* de

(12) Certamente a edição veneziana de 1558, com o título *Extraordinario Libro d'architettura*, de que existe um exemplar na BA, 35-XV-32.

Vitrúvio por Fr. Giocondo da Verona (†1515)⁽¹³⁾; em italiano, existiam na livraria ducal os *Quattro Primi Libri di Architettura...* de Pietro Cataneo (†c.1574)⁽¹⁴⁾, e de Giacomo de Lanteri (†?), *Due Dialoghi [...] del modo di Disegnare le Piante delle Fortezze secondo Euclide...* sobre arquitectura militar, obra publicada em 1557. Finalmente, em língua alemã, uma obra de arquitectura «vitruviana» publicada em Nuremberga em 1547 (Buescu 2016: 197), da autoria de Walther Hermann Ryff, que pela primeira vez editou na Alemanha o *De Architectura* de Vitrúvio em latim, em 1543 e 1547, e no ano seguinte a respectiva tradução alemã, com o título *Vitruvius Teutsch*, tornando-se um dos maiores divulgadores da nova arquitectura «ao romano» na Alemanha. Ryff esteve em contacto com Pedro Nunes, também ele tradutor de Vitrúvio, a quem aliás se refere na “Dedicatória” da sua tradução de 1548 (Moreira 2010: 61).

Desde finais do século XV, a grande tratadística arquitectónica ganhava uma crescente difusão na Península Ibérica. Em 1495, apenas 10 anos após a sua primeira edição impressa, o livreiro alemão Juan Rix de Chur, estabelecido em Valencia, deixava entre os seus bens dois exemplares do tratado *De Re Aedificatoria* (1452) de Alberti (†1472), dedicado ao papa Nicolau V (†1455), no que constitui a primeira referência a esta obra em todo o Renascimento espanhol. A riquíssima colecção de Fernando de Aragão (†1550), duque de Calábria, incluía um manuscrito do escultor, arquitecto e engenheiro florentino Antonio Filarete (†c.1469) e três cópias da obra *De Architectura* de Vitrúvio (†c.25 a. C) (Gómez-Ferrer Lozano 1994: 126).

Voltando a D. João III, o monarca encomendou ainda a Pedro Nunes a tradução do tratado de Vitrúvio, descoberto por Poggio (†1459) no mosteiro de St. Gall no início do século XV, no que constituiu a primeira tradução do texto para qualquer língua vulgar, com excepção do italiano (Moreira 2010: 51); e a André de Resende, já na década de cinquenta, a tradução do tratado *De Re Aedificatoria* de Alberti, que de facto se sabe Resende ter realizado. De ambas se perderam infelizmente os manuscritos. A obra de Alberti terá sido, em todo o caso, conhecida tardiamente em Portugal. No século XV, o silêncio sobre Alberti em

(13) A primeira edição desta obra é de Veneza, 1511, dedicada ao papa Júlio II. A segunda, mais importante, foi impressa em Florença em 1513 e contém 136 desenhos xilográficos. Não sabemos qual delas integrava a livraria de D. Teodósio.

(14) Edição *princeps* Veneza, 1554. Há uma edição acrescentada de 4 livros, de 1567, pelo que é seguro afirmar ser a edição de 1554 a presente na livraria.

Portugal foi absoluto, apesar da abertura de D. João II ao humanismo florentino, situação que veio a alterar-se durante o reinado de D. João III. Esta última tradução aconteceu talvez, como sugere Rafael Moreira, sob o influxo do matemático e humanista Francisco de Melo (†1536), que estudara em Paris, e que terá descoberto o tratado de Alberti através da edição parisiense de Geoffroy Tory, publicada em 1512 (Moreira 2014: 31).

Pode, no entanto, também dar-se o caso de ter sido o próprio Holanda, que havia pouco tempo regressara de Roma, a trazer o tratado de Alberti, entre os seus muitos desenhos, apontamentos e livros ⁽¹⁵⁾; e dadas as relações de amizade de Holanda com Resende, o grande artista ter-lho facultado para realizar a tradução solicitada por D. João III; outra possibilidade é a de ter sido o arquitecto portuense e cavaleiro da casa do cardeal-infante D. Henrique, Gonçalo Baião, que adquirira em 1534 em Roma um exemplar desta edição, e dada a sua proximidade ao monarca, a tê-lo facultado para realização da tradução para português. Este exemplar conserva-se na Biblioteca Pública Municipal do Porto, existindo ainda um exemplar da edição *princeps* na BNP (Moreira 2014: 33). Mas trata-se apenas de uma conjectura e de uma possibilidade. Ainda de acordo com Moreira, a primeira referência impressa conhecida ao tratado de Alberti é de João de Barros, no tratado *Ropica Pnefina*, redigido em 1530-31 (Moreira 1995: 51), contemporaneamente ao sempre tão atento e cortesão Garcia de Resende, que se lhe refere na *Miscelânea*, lado a lado com Miguel Ângelo e Rafael (Moreira 2014: 32).

A difusão e a preocupação em editar no país os tratados mais prestigiados da arte «ao romano» tinham, para lá do manifesto interesse do monarca, o objectivo de familiarizar os arquitectos portugueses com a arte e as proporções renascentistas (Abreu 2011). Em 1547, D. João III mandou edificar, a meio caminho entre a vila e o Convento de Cristo, em Tomar, a pequena igreja de N^a Senhora da Conceição, da autoria do arquitecto João de Castilho. A ousadia e singularidade da concepção arquitectónica deste edifício, pequeno templo *in antis*, «panteão de príncipe humanista como não existe outro fora de Itália», devem ser vistas, de acordo com Rafael Moreira, no quadro da viragem ideológica que preside às opções artísticas no reinado joanino, sob o signo do primado declarado das fontes e das formas clássicas, e que o rei teria

(15) *Sob a chama da candeia. Francisco de Holanda e os seus livros*. Exposição comissariada por Sylvie Deswarte, BNP, 15 de Novembro de 2018 a Fevereiro de 2019.

concebido como panteão pessoal (Moreira 1981)⁽¹⁶⁾. Ao observar que, no caso de Holanda, não fora a viagem a Itália a desencadear o seu fascínio pelos Antigos, Vilela escreve:

Embora anteriormente tenham surgido várias obras nascidas da nova “Ideia” ou por ela parcialmente informadas, obras que encontrariam eco apenas em alguns espíritos isolados, por volta de 1540 a estética renascentista de inspiração italiana é oficialmente adoptada por acção de D. João III. (Vilela 1982: 12).

Mas para além da tratadística, à semelhança do que acontecia com o duque de Bragança, que na sua notável livraria possuía vários tratados de arquitectura, bem como um apreciável número de desenhos e debuxos, nomeadamente romanos (Buescu 2016: 31-32), D. João III mostrava um especial empenho em conhecer pela imagem os edifícios notáveis. Francisco de Holanda partira para Itália por determinação de D. João III com essa incumbência expressa, no final de 1537. Anos mais tarde, em 1547, o arquitecto Gonçalo Baião depois de regressar de mais uma viagem a Roma, avistou-se em Almeirim com D. João III, a quem terá mostrado o seu álbum de desenhos. A pedido do monarca, executou uma pormenorizada maquete do Coliseu com dois metros de diâmetro, sendo generosamente pago por D. João III:

Quanto as cousas que eu disse a V. A. que vyra em Italia e em outras partes, nomeãdolhe algúas que eu entendency podellas fazer em sua perfeçam dellas, dey huû apontamento a V. A. em Almeyrim e me disse que folgaria de as ver; que lhe fezese o Culuseu de Roma em huû modello pequeno, o qual eu faço em grandura de trinta palmos de roda e tenho muita parte delle feito e vae em sua perfeçam e asy as outras cousas que jaa forã todas acabadas se a obra do Culuseu nã fora em sy tamanha feita de cousas muy pequenas que sã necessárias para se ver bem e entender.

Pelo teor deste passo, Baião terá ainda executado modelos de menor dimensão de outros edifícios para o rei⁽¹⁷⁾. Um outro pedido régio de

(16) Tese retomada em Moreira 2023: 351-364.

(17) ANTT, CC, I, mc. 79, doc. 82, carta de Gonçalo Baião do Porto para D. João III, de 15 de Setembro de 1547, publicada por Sousa Viterbo 1899: 92-95.

idêntico significado ocorreu quando D. João de Castro era vice-rei da Índia. O monarca solicitou-lhe então o envio do debuxo das principais fortalezas portuguesas no Oriente (Matos 1988: 519). E em 1550, o soberano agradecia ao cardeal Niccolò Gaddi († 1552) o envio de um projecto de palácio, «pela afeiçãõ que tenho à ciência da architectura». Por sua vez, em carta a D. João III de 1 de Setembro desse mesmo ano, o cardeal manifestava a sua satisfação por lhe ter

statto caro il modelo del palazzo, ch'io lei mandai [...] che cosi doverá ancora mettere in esecutione, come cosa chie secondo il parer delli principal architetti d'Italia riuscirá senza pari, il piu bello, et meglio inteso che sai stato mà (CDP, VI, 1884: 412).

Sylvie Deswarte nota que, muito provavelmente, um dos primeiros desenhos de um palácio romano – neste caso do Palazzo dei Tribunali – a chegar à corte portuguesa, cerca de um quarto de século antes do desenho enviado por Gaddi, se deveu à iniciativa de D. Miguel da Silva quando, em 1524, o título de cardeal de S. Brás (S. Biagio) foi concedido a D. Afonso, irmão de D. João III. A mesma autora considera que, com toda a probabilidade, este projecto «romano» esteve na base da decisão de D. João III em mandar edificar, em 1556, o paço de Xabregas, que permaneceu inacabado, e que, em 1571, Holanda exortava D. Sebastião a terminar (Deswarte 2000: 263). Todas estas iniciativas evidenciam uma estreita relação com o teor das informações requeridas pelo monarca tal como se mostram nesta minuta por ele ordenada. Apesar disso, D. João III acabou por intervir em Lisboa menos vincadamente sob o ponto de vista architectónico e urbanístico do que D. Manuel, como foi estudado por Hélder Carita (1999), e como testemunha o «apelo» à monumentalização da cidade por Francisco de Holanda ao jovem D. Sebastião em 1571 na *Fábrica que falece à cidade de Lisboa*.

No que respeita ainda a D. Manuel, ao contrário do seu antecessor D. João II, o monarca mostrou-se menos sensível aos modelos culturais renascentistas que se difundiam, privilegiando os modelos artísticos do tardo-gótico. A obra de Francesco Albertini, *Septem Mirabilia Orbi set Urbis Romae et Florentiae Civitatis*, publicada em Roma, em 1510, que lhe foi dedicada, bem como o entusiasmo do seu embaixador D. Miguel da Silva pelo humanismo e formas culturais do Renascimento, não parecem ter tido grande impacto nas opções estéticas e architectónicas do monarca português (Deswarte 2000: 251-260).

Pedro Mascarenhas e Francisco de Holanda

O embaixador Pedro Mascarenhas conheceu bem e privou em Itália com Francisco de Holanda, partindo ambos para Itália no final de 1537, Mascarenhas como embaixador junto da Cúria, o jovem moço de câmara do cardeal D. Afonso «para ver Itália e trazer-lhe [a D. João III] muitos desenhos de cousas notáveis d'ella», integrado na comitiva do embaixador. Mascarenhas recebeu as credenciais e instruções como embaixador, e partiu para Roma em 29 de Dezembro de 1537⁽¹⁸⁾.

O facto de Holanda seguir na comitiva do embaixador tem sido pouco notado, afirmando alguns que teria partido na mesma época, o que não é o mesmo. Sabe-se que Francisco de Holanda viu Carlos V em Barcelona; por muito prestígio de que gozasse já então este talentoso jovem de 20 anos, tal só é verosímil estando integrado na comitiva oficial do embaixador Pedro Mascarenhas que, ele sim, conhecia o imperador, pois assistira em 1530 à sua coroação em Bolonha, residira na sua corte entre 1531 e 1533, e participara, em 1535, na vitoriosa expedição de Tunes, em que tomou parte também o infante D. Luís à revelia de D. João III. Mascarenhas teve certamente algum papel na inserção e ambientação de Holanda à cidade. Várias são, aliás, as referências de Holanda ao embaixador na segunda parte do tratado *Da Pintura Antigua*, que sugerem uma relação de proximidade, e de como Holanda «orbitava» na esfera de influência do embaixador, cumprindo até algumas tarefas nesse âmbito (Holanda 1984a: 24, 69).

Ora, como vimos, toda esta quarta parte da minuta relativa aos sítios e lugares tem uma finalidade bem precisa: reproduzir, através da medição e do desenho, não só aspectos relativos aos espaços urbanos (ruas, praças), como todos os edifícios mais notáveis, de várias tipologias, de cada cidade visitada. Não só é inevitável deduzir que essas viagens de levantamento arquitectónico tinham forçosamente de contar com a presença de quem dominasse a arte do desenho; mas a própria dimensão e complexidade desse levantamento implicavam que só poderia ser feito por um virtuoso na «arte ou ciência» do desenho (Holanda 1984: 11), para utilizar expressão de Holanda, que pudesse reproduzir fielmente os edifícios, para contento do seu rei.

(18) «Crença que levou Dom Pedro Mascarenhas, que foy por Embayxador ao papa». A data de 29 de Dezembro é não a data das cartas de crença mas a da partida do embaixador português. *CDP*, III, 1868: 412-428.

Sabendo nós que Holanda não só conheceu Roma como viajou pela Itália, de que é conhecido o itinerário, com o intuito de fixar pelo desenho muitas « cousas notáveis d'ella », o que efectivamente fez no celebrado *Livro das Antigualhas*, conservado na Biblioteca do Mosteiro de São Lourenço do Escorial, não deixa de ser verosímil pensar que as instruções de D. João III constantes desta minuta, na parte que dizia respeito « a tudo quanto toca aos edifícios », tivessem Francisco de Holanda como protagonista e agente da incumbência régia aquando da sua estadia em Itália. Como o próprio artista escrevia em 1571 dirigindo-se a D. Sebastião, « Assim por o que esta arte ou ciência [do desenho] me coube, como por ter visto com meus olhos, e medido e desenhado com minhas mãos, as melhores forças e fábricas, que há na Europa [...] » (Holanda 1984: 11). Fica a hipótese, como tantas outras interrogações acerca desta grande figura do Renascimento português e europeu.

Concluindo. Não conhecemos, de forma positiva e documentada, qualquer rasto, eco ou resposta a esta amplíssima, minuciosa agenda de instruções, em muitos aspectos de natureza técnica e artística; seria importante conseguir averiguar a concepção e autoria de um tão complexo inquérito, que seguramente terá tido o contributo de vários indivíduos dos círculos cultos da corte de D. João III. Apesar do seu intuito declarado, este documento, na forma em que chegou até nós, não terá servido de guião à recolha de informação a qualquer agente ou embaixador de D. João III em terras europeias, sendo que não se conhece qualquer rasto documental que o pudesse sustentar. Mas mesmo que assim tenha sido, esta minuta não deixa de constituir, pela sua concepção, natureza, minúcia e alcance, um documento notável e de grande modernidade e de carácter eminentemente *político* – ou seja, que procura encontrar, noutras geografias, paisagens e realidades políticas e sociais, com um carácter exaustivo, um retrato tanto quanto possível fiel das realidades relativas à governança e à *polis*, em todas as suas declinações.

Bibliografia

Abreu, Susana Matos (2011). *Teoria e Crítica na raiz do arquitecto de matriz vitruviana em Portugal: 1521-1527. A questão das origens entre o desígnio e a matéria*. Dissertação de doutoramento em História de Arte Portuguesa, Porto, FLUP.

- ANTT, PT/TT/CF. *Códices e documentos de proveniência desconhecida*, n.º 53. *Papeis da Embaxada de Ingallaterra, e da jornada de Castella, sobre a yda da Iffta Dona Maria, com outros vários todos do tempo do senhor Lourenço Pires de Távora*, fols. 1-14.
- Biographie Nationale de Belgique*, III, P. 2, Bruxelles: H. Thyri, Imprimeur-éditeur, 1872 www.academieroyale.be
- Buescu, Ana Isabel (2007). *Catarina de Áustria (1507-1578), Infanta de Tordesilhas, rainha de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- « — » (2016). *A Livraria Renascentista de D. Teodósio I, duque de Bragança*. Lisboa: BNP.
- « — », Castro, Inês de Ornellas e (2022). “Das festas em Bruxelas no *Genethliacon*: “nouo instruitur miroque paratu” [servido com novo e admirável aparato]”, in Paula Barata Dias, Wanessa Asfora, Carmen Soares, Allen Grieco (coords.), *Das Culturas da Alimentação ao Culto dos Alimentos*, I. Série Diaita Scripta & Realia. Estudos monográficos ISSN: 2183-6523. Coimbra: Imprensa da Universidade, 135-161.
- Cardeira, Esperança (2005). *Jubileu*. Lisboa: Quimera, 1993, e-book
- Carita, Hélder (1999). *Lisboa Manuelina e a formação de modelos urbanísticos da Época Moderna (1495-1521)*. Lisboa: Livros Horizonte.
- « — » (texto) e Cardoso, Homem (fotografia) (2015). *A Casa senhorial em Portugal. Modelos, tipologias, programas interiores e equipamento*. Alfragide: Leya.
- Cid, Pedro de Aboim Inglez (2007). *A Torre de S. Sebastião de Caparica e a arquitectura militar no tempo de D. João II*. Lisboa: Edições Colibri/IHA da FCSH – UNL.
- Corpo Diplomatico Portuguez (=CDP)* (1862, 1865, 1868, 1870, 1884). Publ. por Luís Augusto Rebelo da Silva, Lisboa: Academia Real das Ciências, I, II, III, IV, VI.
- Cruz, Maria Augusta Lima Cruz, Lázaro, António Manuel (2004). “A linguagem criptográfica na correspondência diplomática portuguesa de D. Miguel da Silva e de Pêro Correia: origens e significado”, in Roberto Carneiro e Artur Teodoro de Matos (coord.), *D. João III e o Império. Actas do Congresso Internacional Comemorativo do seu Nascimento*. Lisboa: CHAM/CEPCEP, 601-620
- Cruz, María Leonor García da (1989). *Lourenço Pires de Távora e a política portuguesa no Norte de África no século de Quinhentos*. 2 vols.. Dissertação de Mestrado em História Moderna apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

- « — » (1997). “As controvérsias ao tempo de D. João III sobre a política portuguesa no Norte de África”, *Mare Liberum*, 13, 123-199, e 14, 117-198.
- « — » (2006). “Lourenço Pires de Távora, militar, diplomata e conselheiro de Estado na Índia e Marrocos”, in Guilherme Pereira Neves, Georgina S. Santos, Ronaldo Vainfas (orgs.), *Retratos do Império, Trajectórias individuais no mundo português nos séculos XVI a XIX*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 357-373, <http://hdl.handle.net/10451/3817>
- Deswarte, Sylvie (1989). *Il 'Perfetto Cortegiano'. D. Miguel da Silva*. Roma: Bulzoni.
- « — » (2000). “Portuguese and the Palazzo dei Tribunali”, in Kate Lowe (ed.), *Cultural Links between Portugal and Italy in the Renaissance*. Oxford: Oxford University Press, 249-264.
- Flores, Jorge Manuel (2001). *Os olhos do rei. Desenhos e descrições portuguesas da Ilha de Ceilão (1624,1638)*. Lisboa: CNCDP.
- Góis, Damião de (1953). *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, nova edição conforme a primeira de 1566, Parte II. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- Gómez-Ferrer Lozano, Mercedes (1994). “El inventario de bienes del pintor Miguel de Uruenya. La biblioteca de un artista en la Valencia del siglo XVI”, *Ars Longa*, 4, 125-131.
- Pérez, Béatrice (2010). *Ambassadeurs, apprentis espions et maîtres comploteurs. Les systèmes de renseignement en Espagne à l'Époque Moderne*. Paris: Presses Universitaires de la Sorbonne.
- Holanda, Francisco de (1984). *Da Fábrica que falece à cidade de Lisboa*. Introdução, notas e comentários de José da Felicidade Alves. Lisboa: Livros Horizonte.
- « — » (1984a). *Diálogos em Roma*. Introdução, notas e comentários de José da Felicidade Alves. Lisboa: Livros Horizonte.
- Matos, Luís de (1988). “O ensino na corte durante a dinastia de Avis”, in *O Humanismo Português 1500-1600*. Primeiro Simpósio Nacional. Lisboa: Academia das Ciências, 499-592.
- Moreira, Rafael (1981). “A ermida de Nossa Senhora da Conceição, mausoléu de D. João III?”, *Boletim Cultural e Informativo da Câmara Municipal de Tomar*, Março, 1, 93-100.
- « — » (1995). “D. João de Castro e Vitruvius”, in *Tapeçarias de D. João de Castro. Exposição e Catálogo*. Lisboa: CNCDP, 51 -56.

- « — » (2010). “A mais antiga tradução europeia de Vitruvius. Pedro Nunes em 1537-1541”, in Rafael Moreira, Ana Duarte Rodrigues (coord.), *Tratados de Arte em Portugal/ Art Treatises in Portugal*. Lisboa: Scribe, 51-61.
- « — » (2014). *Alberti et Francisco de Melo. Renaissance Cartographique et Architecturale au Portugal*, sep. de Société Internationale Léon Battista Alberti ALBERTIANA, XVII, Florença.
- « — » (2023). *A Arquitectura do Renascimento no Sul de Portugal. A encomenda régia entre o Moderno e o Romano*. Lisboa: Edições Colibri.
- Pinto, Pedro (2015). “Minuta de Instruções régias para uma embaixada a Itália”, *Fragmenta Historica. História, Paleografia e Diplomática*, Revista do CEH da UNL, 3, 99-114.
- Santos, Fr. Manuel dos (1735). *História Sebastica*. Lisboa: Antonio Pedrozo Galram.
- Senos, Nuno (2002). *O Paço da Ribeira: 1501-1581*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Vasconcelos, Carolina Michaëlis de (1949). “Gil Vicente em Bruxelas”, *Notas Vicentinas. Preliminares duma edição crítica das obras de Gil Vicente*. Lisboa: ed. da Revista *Ocidente*, 9-83.
- Vila-Santa, Nuno (2009). “D. Pedro Mascarenhas”. <https://eve.fcsh.unl.pt/pt/pessoas/d-pedro-mascarenhas-1484-1555>
- Vilela, José Stichini (1982). *Francisco de Holanda. Vida, pensamento e obra*. Lisboa: Biblioteca Breve.
- Viterbo, Francisco de Sousa (1899). *Dicionário Histórico e Documental dos Architectos, Engenheiros e Construtores Portugueses*. Lisboa.

[texto escrito no antigo acordo ortográfico]